



A Ancep presente nos CRCs e Abrapp

13/02/2020

Ao mesmo tempo em que promove eventos distribuídos pelo País, chegando assim a mais cidades, e cuida da abrangência e profundidade técnica das apresentações em cada seminário, a ANCEP se empenha na representação política, buscando sempre defender a nossa visão e os interesses dos contabilistas e do País. Nesse segundo caso tal esforço se traduz pela presença de nossa Associação em colegiados externos representativos de diversos segmentos.

Ontem, por exemplo, surgiu a notícia de que o Diretor Regional Leste da ANCEP, Alessandro Luís Brito e Silva, foi mantido como nosso representante junto à Comissão de Educação Profissional Continuada (foto) do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRC-MG), na gestão 2020-2021.

Esse na verdade é apenas um exemplo da presença da ANCEP nos mais diversos colegiados dos CRCs através do País, o mesmo acontecendo nas comissões técnicas da ABRAPP.

13º Conancep: lideranças e especialistas convidados a debater o tema-central

O Presidente Roque Muniz inicia as consultas às lideranças e especialistas para assim enriquecer as discussões que antecedem a escolha do tema-central do **13º CONANCEP - Congresso Nacional da ANCEP**, que está agendado para o Rio de Janeiro, entre os dias 19 e 21 de agosto. Ele inclusive tornou disponível o e-mail ancep@ancep.org.br para o recebimento de sugestões.

Com o apoio da ABRAPP já definido, o **13º CONANCEP - Congresso Nacional da ANCEP** é o principal evento promovido pela ANCEP E, definidos cidade e datas, o nosso público já pode não apenas acompanhar com ainda mais interesse os preparativos, mas também reservar o período na agenda, além de planejar melhor a inscrição.

As mudanças na Res 4661, segundo Capelletto

A reforma da resolução 4.661 do Conselho Monetário Nacional (CMN), principal norma para investimentos dos fundos de pensão, vai permitir maior diversificação e reduzir a assimetria com as regras da previdência complementar aberta, afirmou o superintendente da Previc, Lucio Capelletto, durante evento em São Paulo, conforme notícia do Valor Econômico.

Segundo ele, as mudanças vão incorporar a maior parte das propostas em discussão no âmbito do grupo Iniciativas de Mercado de Capitais (IMK), que reúne, além da Previc, a Susep, regulador do mercado de seguros e previdência aberta, o Banco Central, o Ministério da Economia e entidades do setor privado como a Abrapp, Anbima, Febraban e CNSeg.

Capelletto afirmou que a revisão da 4.661 vai ocorrer neste ano e pode contemplar regras referentes às aplicações em ativos imobiliários e investimentos no exterior. Segundo o superintendente, se, por um lado, a média de investimentos no exterior do sistema de previdência fechada alcança apenas 0,4% dos recursos sob gestão, "já existem planos de contribuição definida que estão chegando a 10% da carteira, que é o limite previsto na legislação".

Ele ainda citou ainda como uma das propostas a ser apresentada a possibilidade de os fundos de pensão investirem em debêntures de empresas SA fechadas. E comentou que tais mudanças são necessárias para ajudar as entidades a conseguirem para as suas carteiras retornos superiores à meta atuarial em um ambiente de juros declinantes.

Em relação à ideia de fusão entre a Previc e Susep, Capelletto afirmou que o assunto é menos prioritário hoje diante dos muitos desafios que o governo tem pela frente.

Funpresp-Jud começa a devolver à União o aporte inicial feito em 2013

Em 2013 a União colocou R\$ 26,2 milhões como aporte inicial na Funpresp-Jud. Passados alguns anos, em novembro de 2019, a entidade começou a devolver o dinheiro, iniciando pela devolução de R\$ 5,8 milhões. A notícia é do site da revista Investidor Institucional.

A Funpresp-Jud terá 15 anos de prazo para devolver o aporte inicial, em parcelas anuais que vencem sempre em novembro.

